



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

PROJETO DE RESOLUÇÃO N 01/2024

30 DE OUTUBRO DE 2024

Organiza a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Guará e dispõe sobre outros temas.

TÍTULO I

Da Competência e Organização

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIOES PRELIMINARES

Art. 1. A Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Guará  órgão superior essencial e permanente, vinculado diretamente ao Presidente da Câmara, responsável, de maneira exclusiva, pela representação judicial e extrajudicial do Poder Legislativo do Município de Guará, bem como por seu assessoramento jurídico.

Art. 2. A Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Guará é composta exclusivamente por procurador jurídico aprovado em concurso público de provas e títulos.

Art. 3. Cabe exclusivamente ao procurador jurídico a condução e organização dos trabalhos da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Guará.

Art. 4. O procurador jurídico detm autonomia técnica e administrativa no exercício de sua função.

1. Incorre em falta funcional, passível de demissão, o servidor que tentar violar a autonomia técnica e administrativa do procurador jurídico.

2. Incorre em quebra de decoro parlamentar, passível de casso do mandato, o vereador que tentar violar a autonomia técnica e administrativa do procurador jurídico.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 5. São atribuições da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Guará, sem prejuízo de outras que lhe forem outorgadas por normas constitucionais e legais:

I - representar judicial e extrajudicialmente a Câmara Municipal de Guará;

II - exercer, com exclusividade, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo municipal;

III - estudar e examinar documentos jurídicos e de outra natureza, analisando seu conteúdo, com base nos códigos, leis, jurisprudência e outros documentos, para emitir pareceres fundamentados na legislação vigente;

IV - representar e promover os interesses da Câmara Municipal perante os Tribunais Estaduais e Federais, inclusive o Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público, interpondo e acompanhando recursos, inclusive sustentando oralmente, quando entender necessário, as razões de qualquer processo, nas sessões de julgamento e ou apresentar memoriais;

V - supervisionar e preparar as informações a serem prestadas em Mandados de Segurança impetrados contra ato da Mesa Diretora e sua Presidência, bem como em ações correlatas e pedidos de informação formulados pelosrgos do Ministério Público; e

VI - orientar os vereadores em assuntos jurídicos relacionados às atividades parlamentares.

SEÇÃO I

DO PATROCÍNIO DE CAUSAS JUDICIAIS

Art. 6. Compete  Procuradoria Jurídica, independentemente de outorga de procuração, o patrocínio de todas as causas judiciais envolvendo a Câmara Municipal de Guará, nas ações em que se qualifique como autora, r, assistente, oponente ou interveniente, detendo plenos poderes para praticar todos e quaisquer atos processuais, inclusive para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.

Pargrafonico. Nas hipóteses de confissão, renúncia, transação e desistência, o ato será praticado após autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara Municipal em exercício.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 7. O ajuizamento de Ao Direta de Inconstitucionalidade – ADI será precedida de solicitao prévia e expressa da Mesa Diretora da Câmara Municipal, considerando a legitimidade ad causam específica do caso, nos termos do art. 90, inciso II, da Constituio do Estado de São Paulo.

Art. 8. A impetrao de Mandado de Segurança por afronta a direito líquido e certo da Câmara Municipal de Guará será precedido de solicitao formal instrda de informaçoes e documentos probatórios imprescindíveis à instruo do *mandamus*.

Art. 9. A Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Guará disporá do prazo de 15 (quinze) dias úteis para o ajuizamento de aoes judiciais, contado da data em que tomar ciência da solicitao mediante protocolo administrativo, observando-se, sobretudo, os prazos prescricionais e decadenciais correlatos à demanda.

Parágrafo nico. A prática dos demais atos judiciais reger-se-o pelos prazos processuais aplicáveis a cada caso, nos termos da legislao vigente.

Art. 10. A Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Guará deve praticar todos os atos necessários para garantir o trâmite legal do processo, em todas as suas fases, até prolao da decisão final, interpondo os recursos necessários à defesa do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo nico. É assegurado à Procuradoria Jurídica o direito de não recorrer de decisoes judiciais, cujas razoes jurídicas serão apresentadas ao Presidente da Câmara Municipal.

SEO II

DO PATROCÍNIO DE CAUSAS EXTRAJUDICIAIS

Art. 11. Compete  Procuradoria Jurídica promover a representao extrajudicial da Câmara Municipal de Guará perante o Ministério Público, junto aos autos de Inquérito Civil, Representao e Procedimentos Preparatórios, desincumbindo-se do nus de fornecer os elementos e informaçoes necessários  convico ministerial, a fim de resguardar os interesses do Poder Legislativo Municipal.

Art. 12. Compete  Procuradoria Jurídica promover a representao extrajudicial da Câmara Municipal de Guará perante o Tribunal de Contas do Estado de São



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Paulo, nos processos relativos a autuaes administrativas, apreciação das contas anuais da Câmara Municipal e procedimentos apartados.

SEÇÃO III

DA EMISSÃO DE PARECERES EM PROPOSIOES LEGISLATIVAS

Art. 13. É assegurado a qualquer Vereador ou Comissão Permanente requisitar a emissão de parecer jurídico referente às proposies legislativas em trâmite, em qualquer fase do processo legislativo.

 1. A solicitação de parecer jurídico deverá ser instrda com a documentação pertinente e será atendida no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

 2. Os prazos de que tratam o parágrafo anterior poderão ser prorrogados, pelo procurador jurídico, por mais 15 (quinze) dias úteis), mediante motivação acerca da necessidade de informações ou documentos complementares  análise jurídica, bem como pela complexidade da matéria.

SEÇÃO IV

DA EMISSÃO DE PARECERES EM PROCESSOS LICITATÓRIOS E ADMINISTRATIVOS

Art. 14. A Procuradoria Jurídica deverá exarar parecer jurídico nos processos de contrataes públicas e respectivos aditamentos contratuais, mediante requerimento formulado pelo Presidente da Câmara Municipal de Guará.

Parágrafo nico. Nos termos do art. 53,  5, da Lei n 14.133/2021, fica dispensada a análise jurídica nos processos relativos às compras e serviços de valor estimado inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e com entrega imediata.

Art. 15. O Presidente da Câmara Municipal poderá requerer a manifestação jurídica em processos administrativos relativos a solicitações externas, bem como procedimentos internos, como requerimentos formulados por Vereadores e servidores públicos, Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 16. Para atendimento das demandas previstas nos artigos 14 e 15, desta Resolução, a Procuradoria Jurídica observar o prazo de 10 (dez) dias úteis, salvo se houver necessidade de requiso de informações ou documentos complementares  análise jurídica.

Parágrafo nico. O procurador jurídico poderá, motivadamente, prorrogar o prazo por mais 10 (dez) dias úteis.

CAPÍTULO III

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 17. A jornada de trabalho do procurador jurídico da Câmara Municipal de Guará não exceder a duração de 30 (trinta) horas semanais.

 1o. Para a jornada prevista no caput, fica assegurado ao procurador jurídico o exercício da advocacia privada, observado o impedimento legal de que trata o art. 30, inciso I, da Lei Federal não 8.906, de 04 de julho de 1994.

 2o. O procurador jurídico não se submete ao controle de ponto presencial, nos termos da Súmula não 09, do Conselho Federal da OAB, sem prejuízo do controle de jornada, realizado pelo próprio procurador, para fins de aferição e controle de eventuais horas extraordinárias realizadas.

Art. 18. O procurador jurídico com mais de 3 (três) anos de exercício, que não tenha sofrido sanção disciplinar com trânsito em julgado administrativo neste período, adquire o direito de laborar em regime de teletrabalho.

 1o. O direito ao regime de teletrabalho, obtido na forma do caput, configura direito adquirido do procurador jurídico, não podendo legislação posterior revogá-lo ou modifica-lo de forma a impedir o seu exercício, nos termos do art. 5o, XXXVI, da Constituição Federal de 1988.

 2o. O direito ao regime de teletrabalho são poderá ser revogado caso, após 1 (um) ano em que o procurador estiver gozando deste regime, contado do momento em que ele protocolar a opção por laborar em teletrabalho, for demonstrado, de maneira objetiva, que houve queda na produtividade.

 3o. Para aferir a queda na produtividade, na forma do parágrafo anterior, será designada comissão especial formada por 3 (trs) servidores públicos efetivos,



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

que julgará a questão, assegurados ao procurador o contraditório e a ampla defesa.

§4º. Caso a comissão especial mencionada no §3º julgue favoravelmente à revogação do regime de teletrabalho, o procurador jurídico terá o prazo de 30 (trinta) dias para retornar ao regime presencial, contados de sua intimação pessoal do trânsito em julgado administrativo da decisão.

§5º. Passados 30 (trinta) dias da data em que completar o primeiro ano de teletrabalho, na forma do §2º, sem que seja instaurado o procedimento previsto nos §§ 3º e 4º, ou caso seja instaurado, mas a comissão especial tenha concluído que não houve queda de produtividade, só poderá ser instaurado novo procedimento após passados 1 (um) ano, seguindo as regras deste parágrafo nos anos subsequentes.

§6º. Incorrerá em falta funcional, passível de demissão, e quebra de decoro parlamentar, passível de cassação do mandato, respectivamente, o servidor ou vereador que, por qualquer conduta, sem observância do rito previsto nos parágrafos anteriores, tentar obstar o gozo do direito ao regime de teletrabalho adquirido pelo procurador.

§7º. O direito ao regime de teletrabalho não afasta a obrigatoriedade do comparecimento presencial do procurador jurídico nas sessões ordinárias da Câmara Municipal de Guará.

§8º. O procurador jurídico em gozo do regime de teletrabalho deverá elaborar relatório mensal de suas atividades, que será enviado ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Guará.

§9º. O fato de o procurador jurídico estar em gozo do regime de teletrabalho não afasta nenhuma das prerrogativas previstas no art. 19 desta resolução.

CAPÍTULO IV DAS PRERROGATIVAS

Art. 19. São prerrogativas do procurador jurídico da Câmara Municipal de Guará:

I - requisitar auxílio e colaboração dos demais departamentos, para o exercício de suas atribuições;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

II - requisitar das autoridades e servidores competentes certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

III - veicular recomendações técnico-jurídicas de cunho preventivo;

IV - utilizar-se dos meios de comunicação institucional quando o interesse do serviço o exigir;

V - ter livre acesso aos Departamentos da Câmara Municipal, quando houver necessidade de colher informações para o desempenho de suas atribuições; e

VI - dispor de instalações condignas e compatíveis com o exercício de suas Funções.

Parágrafo Único - O procurador jurídico, no exercício de suas funções, goza de independência e das prerrogativas inerentes à atividade advocatícia, inclusive imunidade funcional quanto às opiniões de natureza técnico-científica, emitidas em parecer, petição ou qualquer arrazoado produzido em processo administrativo ou judicial, bem como dos direitos e prerrogativas constantes da Lei Federal nº 8.906 de 04 de julho de 1994, compatíveis com sua condição.

CAPÍTULO V

DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 20. São deveres do Procurador Jurídico, além daqueles decorrentes do exercício de cargo público:

I - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhes forem atribuídos pelo Presidente da Câmara;

II - observar o sigilo profissional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar;

III - zelar pelos bens confiados à sua guarda e responsabilidade, e;

IV - representar ao Presidente da Câmara sobre irregularidades que afetem o bom desempenho de suas atribuições.

Art. 21. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, ao Procurador Jurídico é vedado:

I - aceitar cargo, exercer função pública ou mandato fora dos casos autorizados em lei;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

II - empregar em qualquer expediente oficial expressão ou termos não compatíveis com o cargo; e,

III - valer-se da qualidade de Procurador Jurídico para obter qualquer vantagem.

Art. 22. É defeso ao Procurador Jurídico exercer as suas funções em processo judicial ou administrativo:

I - em que seja parte;

II - em que haja atuado como advogado de qualquer das partes;

III - em que seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, bem como cônjuge ou companheiro; e

IV - nas hipóteses previstas na legislação processual.

Art. 23. O Procurador Jurídico dar-se- por suspeito:

I - quando haja proferido parecer favorável  pretensão deduzida em juízo pela parte adversa; e,

II - nas hipóteses previstas na legislação processual.

Parágrafo nico. Nas situações de que trata este artigo, cumpre seja dada ciência ao Presidente da Câmara, em expediente reservado, dos motivos da suspeição, objetivando a designação de substituto.

CAPÍTULO VI

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Art. 24. São devidos ao procurador jurídico da Câmara Municipal de Guará os honorários advocatícios decorrentes de condenações judiciais, por arbitramento ou sucumbência, na forma do art. 85, 19, do Código de Processo Civil.

Parágrafo nico. A verba honorária prevista no caput possui natureza extraorçamentária e integra a remuneração do procurador para todos os efeitos, como reflexos na base de cálculo da gratificação natalina, das férias e das contribuições previdenciárias.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 25. Ficam asseguradas ao procurador jurídico as vantagens e prerrogativas concedidas aos demais servidores públicos do Município.

Art. 26. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposioes em contrário.

Guará/SP, 30 de outubro de 2024.

FLVIO ROBERTO CHAUDE
PRESIDENTE

EDUARDO DE ASSIS MATOS
1 SECRETÁRIO